



Anais da Assembléia

Nº 164

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 22 DE NOVEMBRO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Sarnis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP - 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT - 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hernas Brandão; PFL - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Pérciles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR - 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC - 01: Jocelito Canto.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA SESSÃO ESPECIAL DE INSTALAÇÃO DO
MEMORIAL PELA REFORMA AGRÁRIA E INJUSTIÇA
NO CAMPO.**

REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 1995

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Ângelo Vanhoni.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Berardin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinno Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Valmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está aberta a Sessão de Instalação do Memorial pela Reforma Agrária e Injustiça no Campo, e, em seguida exposição e debates com liderança do movimento em defesa da reforma agrária, entidades e sociedade civil.

Designo os Deputados: Dr. Rosinha, Rossoni, Colombo e Tavares, para conduzirem a esta Mesa os nossos convidados.

Ouviremos nessa ilustre sessão, o Hino Nacional Brasileiro.

(É executado o Hino Nacional Brasileiro)

Concedo a palavra ao Senhor Plínio Arruda Sampaio.

O SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO - Senhor Presidente e Senhores Deputados, minhas senhoras e meus senhores.

Estou aqui em uma missão, que hoje congrega, tenho a impressão, todos os brasileiros que querem bem este País. Uma missão de paz, é uma missão de justiça, é uma missão de construção democrática. Não creio que exista nenhum neste País, e que-

ro crer que não exista neste País, nenhum governante nenhum homem público, em qualquer esfera e poder, que aprove o que aconteceu em Corumbiara, que aprove o que aconteceu em Ivaí, que aprove, o que aconteceu em Mato Grosso do Sul. Que aprove a condução de uma pessoa, antes de ser culpada, antes de qualquer culpa formada, alegada, para ser conduzida a uma prisão. Não acredito, pelos 40 anos de vida pública que tenho, pelo conhecimento que tenho do meu País, pelos homens públicos do meu País, e tenho certeza que nenhum deles quer isso, mas isso acontece com uma frequência, extraordinária, no nosso País. Isso mancha a reputação da nossa gente, e faz mal a cada um de nós. Essa missão me traz a Curitiba e ao Paraná hoje, Senhor Presidente. É a missão de mostrar que está nas nossas mãos, no âmbito das nossas forças e das nossas atribuições, erradicarmos esta fobia para sempre, do nosso País; porque acontecem massacres, porque acontecem prisões, que depois são relaxadas por não se sustentarem legalmente.

Por quê acontece? Porque temos uma legislação completamente defasada, anacrônica, atrasada, colonial, no que se refere às relações de propriedade, relações de posse, as relações de trabalho, do campo brasileiro.

A nossa legislação, é antiquada e inadequada. Hoje a Constituição diz que a propriedade deve cumprir uma função social. Porque uma vez que não cumpra comprovadamente, ela deixa de ser um direito e permite ao Estado a desapropriação, para a sua entrega às famílias dos trabalhadores. Esse decreto de desapropriação, gostaria de lembrar aos Senhores Deputados à Senhora Deputada, esse decreto de desapropriação é assinado pelo Presidente da República. Não é um decreto qualquer, não é uma portaria, não é uma instrução, como estas que o Banco Central faz. Esse é um decreto firmado pelo Presidente da República.

Pois bem, uma vez firmado o decreto, entrando no INCRA, inclusive reabre um processo que não termina nunca. Há casos de pedidos de emissão de posse que estão há oito anos na justiça, sem ser julgados. Enquanto isso, aquelas pessoas que foram cadastradas pelo INCRA como pessoas que têm direito constitucional a um pedaço de terra, ficam acampadas nas condições mais precárias, em lugares absolutamente inadequados e isso é uma fonte de conflito, ademais de ser uma profunda injustiça contra esses brasileiros e contra essas brasileiras.

Então, o que estamos pedindo neste memorial que estamos entregando solenemente ao Presidente da Casa? Que esta Casa, que a Assembléia Legislativa do Paraná, inde-

pendentemente de Partido político, fora de qualquer exploração política, sem donos nem de vitórias e nem de acusações, que nós, que a Assembléia do Paraná nos apoie na luta para conseguir do Congresso Federal uma lei que agilize, sem quebrar nenhum direito, mas que agilize e impeça que os processos de desapropriação se eternizem na justiça. Então é esse o primeiro pedido que venho fazer à Assembléia Legislativa do Paraná em nome desse movimento Memorial Pela Paz no Campo.

O segundo pedido é o seguinte: nas regiões longínquas do nosso País, nas regiões que não são ocupadas, onde não há fazendas, onde não há implantação urbana, onde não há estrada, nessas regiões as terras estão totalmente ociosas. Não estão e nunca foram utilizadas, mas todos os que estão aqui sabem, porque todos os que estão aqui são autoridades responsáveis do povo brasileiro, eleitas pelo povo para exercer uma autoridade. Todos aqui sabem que existe neste País a facilidade e a facilidade de forjar títulos em Cartórios.

Então, é suficiente que um grupo de posseiros, de trabalhadores sem-terra ocupem um espaço absolutamente vazio, nunca ocupado por ninguém e é suficiente que eles ocupem, para que surja imediatamente um título e, em função de um preceito legal, de 1916, escrito pelo Clóvis Beviláqua, ao tempo em que era impossível ao juiz deslocar-se pelo território de sua comarca - porque em geral as suas comarcas eram maiores do que os países da Europa - este preceito do Clóvis Beviláqua, de 1916, impõe ao juiz uma medida draconiana e profundamente injusta e perigosa. Ele, à vista daquele título, concede uma liminar na mão, este grileiro, esse cidadão vai à polícia - e estou vendo aqui o José Tavares, meu colega, meu companheiro na Câmara Federal, digno representante da corporação dos policiais civis deste Estado e do Brasil - obriga o Delegado a ir à força, a cumprir uma lei e essa é a fonte do atrito, porque infelizmente, não são todos os policiais que têm a consciência cívica do José Tavares.

Há vários policiais, herança ainda de um período triste, que têm a idéia de que os ajuntamentos do povo são inimigos e que essas pessoas precisam ser tratadas à bala.

Então, o segundo pedido é o seguinte: precisamos mudar esta lei que gera esse automatismo absurdo, esta lei que provoca o conflito e precisamos quebrar essa mentalidade de que os sem-terra não têm direitos, que eles são uma malta de criminosos. Precisamos fazer uma distinção, Senhores Deputados, Senhor Presidente, uma distinção entre invadir e ocupar. Invadir é entrar em uma propriedade que cumpre a

sua função social, e desafio nesta Casa, e em qualquer Casa, alguém que encontre um caso, um caso só em que o movimento sem-terra fez uma invasão. Ele nunca ocupou uma propriedade que esteja produzindo e cumprindo a sua função social. Ocupação é entrar numa terra ociosa, entrar numa terra improdutiva, grilada, pública desapropriada pelo Estado e que, por procrastinação da Justiça, não consegue a posse.

Isto é ocupação, e o que temos aqui e confio na consciência jurídica e na consciência cívica da Assembléia do Paraná, é um conflito entre hierarquias diferentes, porque a Constituição assegura que aquela terra que é devoluta, seja entregue aos que não têm terra. Isto é um preceito Constitucional que votei, o Deputado José Tavares votou e se algum outro Constituinte tem aqui, nesta Casa, votou também.

Existe um preceito constitucional que diz que a propriedade que não cumpre a sua função social, não é mais propriedade.

Então para fazer uma pressão democrática, legítima o movimento sem-terra ocupa essas terras. E tanto é assim que negocia com o Presidente da República, com o Secretário da Justiça, com o Governador do Estado e recebe o Presidente do INCRA na sua ocupação. E depois, pasmem os Srs. Deputados, Sr. Presidente, essa gente é acusada de formação de quadrilha e não sei porquê não se adita à denúncia, para incluir as autoridades que os receberam!

É esse o paradoxo que estamos vivendo em nosso país. É essa perplexidade do cidadão de bom senso. Como é possível que 1% dos proprietários tenham 43% das terras? Como é possível que num país com esta dimensão, tenhamos 88 mil trabalhadores acampados atrás da terra? Então, a segunda coisa que vimos fazer é pedir que esta Assembléia se associe ao nosso Movimento pedindo nada mais que uma lei.

Ninguém aqui veio pedir a subversão da ordem social, ninguém veio aqui pedir a subversão da ordem jurídica do país, ninguém veio aqui pisar em alguma instituição da República. O que vimos pedir é que a instituição da República seja justa para que possa ser respeitada, seja moderna para que possa ser eficiente, seja realmente uma justiça e uma legislação que nos honre e não nos assuste.

Então, a segunda lei é muito simples. Ela pede uma coisa que qualquer dos senhores concordará comigo. Ela pede quando haja um processo de reintegração de posse que o juiz não seja obrigado a dar uma liminar num papel, mas ele seja obrigado a ouvir as duas partes e que ele se dirija ao local do feito. Porque, se no tempo do Clóvis Beviláqua isso não era possível, hoje é. E que, antes de emitir o seu arresto o juiz se dirija ao local, verifique

o que acontece. E, finalmente, uma outra providência está aqui o Procurador da Justiça do Estado do Paraná, é a seguinte: é que nenhum despejo seja feito sem a presença do Ministério Público, fiscal da lei e arma da sua execução, para que em todo o despejo os direitos dos despejados sejam respeitados.

Assisti assustado, Sr. Presidente, no caso do Pontal, os grandes posseiros que ocupam aquelas terras, com 8 mil, 10 mil, 20 alqueires não saem da propriedade enquanto não forem indenizados pelas benfeitorias que de boa-fé nela fizeram. Que ascendem a milhões de reais e o impasse é precisamente esse. O Governo de São Paulo não tem o dinheiro para pagar essas benfeitorias, mas eu vi, atônito, a fotografia e os filmes de televisão e acredito que os Senhores também viram, que, após a desocupação de 50 famílias que ocupavam um galpão abandonado da CESP, os seus barracos e os seus pertences foram quebrados, foram incendiados e foram destruídos. E, se é bem verdade que 5 milhões constituem o patrimônio de um invasor que ocupou durante 30 anos uma terra do Governo, e que alegando boa-fé não sai dela se não receber essa enorme importância, porque isto lhe é importante, aquela caneca quebrada, aquele prato partido, aquela pequena tenda que abrigava, aquela tosca, a maca aonde as pessoas dormiam, são os únicos patrimônios desses brasileiros que são tão brasileiros como qualquer um de nós.

Eu não acredito que ninguém nesta sala, tenha a coragem de achar e de dizer que aqui não houve dois pesos e duas medidas.

E o que este Memorial vem dizer, Sr. Presidente, e pedir a V.Exa., o apoio desta Casa, é para que neste País não existam dois pesos e duas medidas e aqui todas as brasileiras e todos os brasileiros sejam cidadãos.

Muito obrigado pela atenção dos senhores.

(Aplausos...)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra Dom Pedro Fedalto.

O SR. DOM PEDRO FEDALTO - Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Dr. Anibal Khury, Exma. Sra. Deputada e Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores, eu trago aqui uma palavra em nome da Igreja.

O que a Igreja fala do homem do campo, de reforma agrária?

E começaria até de um século atrás, com o Papa Leão XIII. Leão XIII foi, podemos dizer o grande Papa, e se podemos usar uma palavra, fez uma Encíclica, um documento revolucionário, a Rerum Novarum, de-

fendendo o direito dos trabalhadores e trabalhadores também nós entendemos agricultores, e a partir daquela Encíclica, daquele documento, 40 anos depois outro Papa, Pio XI fez outro grande documento, Quadragésimo Annus, por isso que se chama no quadragésimo ano, passamos depois para João XXIII, com Mater Et Magistra, a Igreja Mãe e Mestra, Paulo VI, Populorum Progresso, Progresso dos Povos, para chegarmos a João Paulo II. João Paulo II com 3 grande documentos, Laborem Exercens, Trabalho, Solicitudo Rei Socialis, o cuidado pelas coisas sociais, e quando se completava 100 anos da Encíclica Rerum Novarum, Centésimo Annus. O que o Papa nos diz? O que a Igreja nos diz? A Igreja quer que coloquemos o homem no centro de tudo, de todos, qualquer que seja o homem, desde o homem mais culto, até o homem que não teve oportunidade de ter um estudo, mas tem uma dignidade, porque a dignidade humana acompanha todo o ser humano, feito à imagem e semelhança de Deus.

Por isso a minha palavra aqui hoje quer ser de apoio a todo este povo que tem direito a um trabalho. Nós verificamos que há um grande progresso, uma grande tecnologia, a ciência progride, mas dentro do coração humano há ainda muita violência, basta ver o que acontece todo dia. E a Igreja é a defensora da paz, da ordem, da dignidade.

Por isso que esta reforma agrária acontece para que o homem tenha um pedaço de terra para cultivar, mas que haja também uma política agrícola, para que o homem que cultiva a terra possa ter possibilidade de plantar, de colher, de vender, de viver com dignidade.

Não somos contrários que a pessoa procure uma grande cidade para também se desenvolver, mas se o homem do campo tivesse condições de ficar na sua terra, mais possibilidades, mais escolas, mais hospitais, mais possibilidade de se realizar no campo, certamente, muitos ficariam no campo.

A minha palavra é de apoio a uma reforma agrária justa, fraterna, para que vivamos todos como irmãos. É o que a Igreja nos ensina, é o que os Bispos do Brasil tanto têm falado, os Bispos da América Latina, esta que é a minha palavra.

Não venho aqui, como dizia muito bem, o Dr. Plínio Arruda, para a subversão da ordem, para ir contra as leis, mas para que aperfeiçoemos as leis e as leis devem ser a favor do homem, da mulher, em favor da dignidade humana.

A minha palavra é esta aqui, Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Sra. Deputada, Srs. Deputados, para que nos ajudem, porque receberam os votos do povo, para o bem de todo o povo do Paraná. É isso que eu peço aqui com toda a sincerida-

de, lealdade, e com toda a convicção.

E que Deus ilumine a nossa Assembléia Legislativa, para que ela saiba realmente sempre agir com justiça, com discernimento, com sabedoria, pedindo até a Deus o dom da sabedoria, para que possa contribuir para o bem do nosso povo, quando todo este povo, tantas vezes abandonado, todas essas crianças de rua.

Eu mesmo agora acabei de ser eleito Presidente da Família, da Juventude, da Vila, da Infância e até dos Meninos de Rua da América Latina, vendo uma América Latina que a Igreja deposita uma grande esperança para este povo latino americano, ordeiro e no entanto, vendo uma grande injustiça nesta América Latina e também no Brasil.

É o que eu tenho a dizer, que se faça justiça, que tenhamos ordem e que Deus nos ilumine. Espero que este pedido que foi feito hoje seja atendido dentro da justiça, do amor, da caridade.

E os Bispos do Brasil, no seu objetivo geral de pastoral, vivem em defesa da vida e da esperança.

Deposito uma grande esperança nos Senhores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Mário José Amadigi, Prefeito de Querência.

O SR. MARIO JOSÉ AMADIGI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, organizadores deste encontro, autoridades ligadas à terra, participantes deste encontro.

Fui convidado para vir a esta Assembléia, descrever e contar uma experiência de reforma agrária que ocorreu e que ocorre ainda no meu Município de Querência do Norte. Quero iniciar minhas palavras caracterizando fundiariamente o Município de Querência do Norte.

São 83.300 hectares constituídos por proprietários, cujos fazendeiros normalmente em sua maioria moram nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, criando gado de corte, gastando muito pouco em Querência do Norte e oferecendo poucos empregos e muitos até sonegando os impostos.

A Fazenda Pontal do Tigre, hoje desapropriada e com emissão de posse dada ao INCRA, representa 12% do Município e há muitas outras fazendas ainda, que têm mais de 2 mil alqueires na região.

Por esta razão em 1982, as lideranças de Querência do Norte, através da Associação de Desenvolvimento de Querência do Norte, iniciaram um trabalho que acabou num assentamento de 90 famílias de bóias-frias, inicialmente com 2 alqueires cada uma, aumentando posteriormente para 5 alqueires. Estas famílias prosperaram, produziram e ainda hoje continuam já como

proprietárias de casas na cidade, carros e até tratores, continuam a produzir e a servir como exemplo de uma reforma agrária que posso intitular à moda querenciana.

Em 1988, com a desapropriação da Fazenda Pontal do Tigre, pelo então Presidente José Sarney, chegaram 210 famílias de sem-terra trazidas pelo Governo da época, oriundos dos Municípios de Capanema, Castro, Reserva e Amaporã.

Inicialmente foi difícil, mas aos poucos iniciou-se a integração com os habitantes da cidade e com os setores públicos e Querência os recebeu e os adotou.

Quero destacar o Município antes e depois da divisão e entrega de terras aos bóias-frias de Querência do Norte e aos sem-terra vindos de outras cidades.

Houve uma mudança geral, uma cidade morta, de comércio falido, povo sem perspectivas, começou a sonhar com mudanças. Um aquecimento geral, alegria e entusiasmo estampados nos olhares de cada habitante. A cidade ressurgiu porque os assentados da ADECON, e os sem-terra começaram a produzir e a gastar na cidade, bem diferente com o que acontece com os fazendeiros que vendem o que produzem no Município e levam o dinheiro para gastar nas cidades onde moram.

É por esta razão que apoiamos a reforma agrária. Nem sei se somos privilegiados, mas os sem-terra que vieram para Querência do Norte, são iguais aos bóias-frias que assentamos quando iniciamos uma reforma agrária municipal.

Antes da implantação da reforma agrária, o município possuía 450 propriedades rurais, em sua maioria de grandes fazendeiros.

E agora, com a definitiva distribuição das terras, o número de propriedades atingirá a mais de mil.

Estamos aumentando também as pequenas propriedades e o número de empregos serão mais de mil, devidamente legalizados no Município, que possui apenas 11 mil habitantes.

A reforma agrária que se implantou, criou também uma consciência e uma preocupação entre todos os grandes proprietários. Eles antes mantinham as propriedades semi-produtivas, hoje elas começam a produzir, pelo medo de que o INCRA desapropriasse suas terras.

Recentemente, quando de uma movimentação dos sem-terra, que pediam rapidez na regularização da Fazenda Pontal do Tigre, hoje já regularizada e já propriedade do INCRA, tivemos a coragem de decretar ponto facultativo na cidade, não decretamos feriado porque queríamos ver se a população apoiaria os sem-terras; e todos apoiaram, o comércio fechou, e a população foi à praça participar.

Hoje, na área do assentamento construímos uma escola para atender 700 alunos de 1.^a a 8.^a séries, uma quadra poliesportiva, uma biblioteca, um posto de saúde, um poço artesiano com água tratada da SANEPAR, readequamos as estradas da fazenda, e instalamos cerca de 200 ligações de energia elétrica na casa de cada assentado, com a participação do mesmo e da Prefeitura.

Estamos iniciando projeto de água tratada que beneficiará aproximadamente 180 famílias desses sem-terras inicialmente. Por essas razões, por essas ponderações, e pela certeza de que reformar o campo é dar oportunidades iguais àqueles que hoje se encontram marginalizados, não temos os desafios e nem as intenções dos grandes proprietários, que hoje, em Querência do Norte mantêm apoio aberto ao candidato que se opõe a nós, se propondo a financiar a sua campanha para procurar impedir que as coisas deem certas.

Finalizando, fazemos uma pergunta: A reforma agrária dá certo? Nós respondemos que dá. O bôia-fria e os sem-terras, quando orientados, quando predomina o diálogo e o entusiasmo, quando essa reforma fica sobre a responsabilidade de órgãos competentes e responsáveis, quando predomina o bom senso; as bombas molotov, os revólveres, as foices, fuzis e facões, podem ser substituídos por alimentos que irão suprir os famintos e servir as mesas dos brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Concedo a palavra ao Doutor Olímpio de Sá Sotto Maior Neto, Procurador Geral da Justiça do Paraná.

O SR. OLÍMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR - Excelentíssimo Senhor Deputado Anibal Khury, Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, Excelentíssimos Senhores Deputados, demais autoridades presentes, Senhores Sindicalistas, trabalhadores, meus Senhores e minhas Senhoras.

Minha manifestação neste evento se dará com base em dois princípios fundamentais da instituição do Ministério Público, a intervenção objetivando a respeito a absoluta legalidade, e a preocupação com a paz social.

O Ministério Público, como se sabe, a partir da Constituição de 1988 passou a ser reconhecido como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do estado, incumbindo-lhe não só a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indispensáveis; mas também incumbindo ao Ministério Público a defesa do regime democrático.

E a democracia, Senhores não se com-

praz com a existência dos sem-terra, dos sem-teto, dos sem-saúde, dos sem-educação, dos sem-trabalho.

A democracia, enquanto garantia de igualdade, de oportunidade para todos, possibilidade de realização pessoal e de participação comunitária, mostra-se incompatível com a desigualdade social.

E, no Brasil, infelizmente a nossa marca mais significativa da realidade social, é exatamente a da desigualdade.

Segundo estatísticas do Banco Mundial, Brasil é o campeão mundial nas desigualdades. Aliás, mantém o título de campeão mundial das desigualdades.

Ainda, recentemente, em 1978, indicava o Banco Mundial ser o Brasil um país que possui a mais alta taxa de concentração de riquezas nas mãos de poucas pessoas, seguido à época em 1978, do Nepal e do Quênia.

Agora, 1995, continua o Brasil tendo a mais alta taxa de concentração de riquezas, seguido agora pelo País da África, chamado Botsuana.

O raciocínio é elementar: se as riquezas produzidas por todos os brasileiros não são distribuídas entre todos os brasileiros e acabam concentradas nas mãos de grupos minoritários que se beneficiam da estrutura social injusta, estabelecida no País, o outro lado da moeda, o outro lado inevitável da moeda é da marginalização, é a da grande maioria da população brasileira à margem dos benefícios produzidos pela sociedade.

E aqui se faça, desde logo, a superação do raciocínio perverso que se desenvolve no sentido de querer fazer de conta, de que vivemos num País que oferece oportunidades iguais para todos de ascensão social, mas que determinadas pessoas não querem ascender socialmente.

Que determinadas pessoas não querem se integrar socialmente e optam voluntariamente, por viver uma situação de marginalidade.

É o raciocínio perverso de querer responsabilizar os marginalizados pela própria marginalidade. É o fazer de conta, por exemplo, que vivemos num País que estaria a garantir a todo o trabalhador a possibilidade de adquirir a sua casa própria, pelo Sistema Financeiro de Habitação ou de receber crédito no Banco do Brasil para adquirir a terra necessária para a sobrevivência própria da sua família, mas que essas pessoas não querem se utilizar desse benefício, que optam, então, voluntariamente por ocupar terras de outrem por viver embaixo de cabanas de lona, em condições subumanas, sem oportunidade de garantia de vida digna para si próprio e para os seus familiares.

O direito dos homens, a democracia e a paz social são três momentos da mesma experiência histórica. Sem os direitos elementares de pessoa humana reconhecidos e efetivados, não há possibilidade de democracia.

Sem democracia não se estabelecem as condições mínimas necessárias para a superação pacífica dos conflitos sociais.

Dai, Senhores a opção preferencial do Ministério Público do Estado do Paraná, em favor daqueles que se encontram afastados da possibilidade do exercício dos direitos elementares da cidadania.

Dai a idéia dos promotores de Justiça deixarem de ser meros burocratas do Direito, para se constituírem, efetivamente, em defensores da sociedade, com a visão clara de que defender a sociedade implica, na atual quadra histórica brasileira, sem efetivar a defesa daqueles que se encontram excluídos, empobrecidos, marginalizados, perseguidos, vitimizados na realidade social.

Na perspectiva, portanto, da absoluta legalidade e da paz social, é que surge a preocupação do Ministério Público do Estado do Paraná, no sentido do imediato cumprimento das normas constitucionais, das normas previstas nas Constituições Federal e do Estado do Paraná, que objetivam a superação das desigualdades sociais com a conseqüente erradicação da pobreza.

A preocupação do Ministério Público do Estado do Paraná quanto ao efetivo cumprimento do comando constitucional, no sentido da realização da reforma agrária, como resposta a milhões de trabalhadores sem-terra, que hoje experimentam a impossibilidade de exercício dos direitos mais elementares da pessoa humana.

Dai a preocupação do Ministério Público quanto ao papel que vêm desempenhando os operações da Justiça, e aos próprias estruturas da Justiça, em relação a esta significativa questão social.

Lembra-se ali, enquanto fazia algumas anotações acerca dessa minha manifestação, de um episódio recente, ocorrido aqui mesmo em Curitiba, quando o Ministério Público do Estado do Paraná fez por reunir presidentes de associações de moradores, sindicalistas, integrantes de comunidades de base, para levar-lhes, a conhecimento, os projetos das promotorias das comunidades, cuja idéia fundamental é aproximar o Ministério Público da população a que ele deve servir.

Falei então do propósito dos deslocamentos dos promotores de Justiça para os bairros periféricos do Município de Curitiba, como um projeto-piloto, que objetiva e que hoje já se concretiza, porque nós já temos sete promotorias de Justicas das comunidades, instaladas aqui no Município de

Curitiba em associações de moradores, em creches, em escolas, permitindo o acesso dessa população ao Ministério Público.

Mas dizia eu, lá, naquela oportunidade, que o promotor de Justiça junto à comunidade possibilitaria, por exemplo, desde logo, se verificar quantas crianças de 0 a 6 anos não estão podendo exercer o direito previsto na Constituição, de acesso à creche e pré-escola. Poderia o promotor de Justiça fazer a verificação nas fábricas e nas indústrias, acerca do cumprimento das normas de segurança no trabalho, portanto não precisar atender, posteriormente o trabalhador mutilado ou a família do trabalhador, falecido em acidente de trabalho.

A possibilidade do membro do Ministério Público verificar a existência de loteamentos clandestinos, ou irregulares, que muitas das vezes faz com que o trabalhador acabe com seus poucos recursos, adquirindo uma terra, um lote, de alguém que sequer é proprietário da mesma.

Mas falava eu para os presidentes das associações, dessa perspectiva do Ministério Público ser um instrumento para efetivação dos direitos e dizia também da idéia do Ministério Público possibilitar o acesso à Justiça.

Ao término daquela reunião, aproximou-se de mim o presidente de uma associação e disse que apoiava integralmente o projeto do Ministério Público, que entendia sim necessário ver assegurados os direitos previstos nas leis, mas que se preocupava, me disse ele, com essa notícia do acesso à justiça, sem ter compreendido direito, disse aquele presidente da associação "Dr. a minha preocupação é que o senhor falou do acesso à Justiça e o povo lá da comunidade não gosta da Justiça".

O desafio de todos nós, operadores do Direito, hoje é exatamente esse, de poder fazer uma justiça da qual o povo possa gostar. Recentemente, publicou-se um levantamento no sentido de que 82% da população brasileira não tem acesso à Justiça, enquanto a Justiça como espaço para asseguramento dos seus direitos. Tem acesso à Justiça como réu do Direito Penal, como réu das execuções. O que o Ministério Público quer é uma Justiça que possa ser espaço de luta, para instalação de uma sociedade progressivamente melhor e mais justa.

Por isso é nossa matéria, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o apoio integral do Ministério Público, no sentido de se alterar as relações da Justiça com aqueles que estão à busca de vida digna.

A idéia como bem trazida pelo Deputado Plínio Sampaio, a idéia de que não é possível para esses conflitos querer usar uma lei de 1.916, que tratava de conflitos in-

dividuais e jamais o legislador da época chegou a imaginar que com o avanço do processo civilizatório haveria um retrocesso no que diz respeito ao acesso à terra para os trabalhadores. A idéia de que o avanço do processo civilizatório trouxe infelizmente para o trabalhador brasileiro, a impossibilidade do exercício dos direitos mais elementares que é o direito de radicar, o direito de ter raízes em algum lugar, o direito de estabelecer relação de posse em determinado imóvel para que lá tenha ele condições de garantir a sua sobrevivência e da sua família.

Por isso a atuação do Ministério Público nestas questões sempre foi aquela de intervir, objetivando a superação, não traumática desses conflitos. O reconhecimento inclusive que no confronto entre os interesses do proprietário que abandona a sua terra, do proprietário que possui a terra como forma de acumulação de riquezas, a propriedade supérflua, a propriedade especulativa não pode ter na Justiça prevalência diante da chamada posse necessária. Da posse necessária a sobrevivência dos trabalhadores e das suas famílias.

Assim, concluo dizendo que o Ministério Público do Estado do Paraná apoia todas as iniciativas no sentido de efetivação da Reforma Agrária. A manifestação do Ministério Público da necessidade, do aprimoramento da legislação para torná-la contemporânea a realidade brasileira.

Mais que isto, o compromisso, o reconhecimento do compromisso político, ético, profissional dos membros do Ministério Público de querer nesta matéria ser instrumento da comunidade paranaense, para que aqui, antes dos outros Estados, se cumpra um dos objetivos da República Federativa do Brasil que é o de ver instalada uma sociedade livre, justa e solidária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra à Senhora Deolinda Alves de Souza, representante do Movimento Sem-Terra.

A SRA. DEOLINDA ALVES DE SOUZA - Em primeiro lugar eu gostaria de agradecer, em nome do Movimento Sem-Terra, essa oportunidade de podermos estar aqui nesta Casa, para tratarmos de um assunto que corresponde ao interesse dos trabalhadores e da sociedade hoje.

Seria impossível e difícil, muitas vezes, procurar dizer para todos os Senhores que muitas vezes o Movimento, pelo fato de ser social, pelo fato de lutar pela igualdade social desse País, ele é tratado muitas vezes como bando e como quadrilha.

Gostaria de dizer para todos os senhores, se o Senhor Presidente me permitir,

aonde um Movimento Social, que carrega junto dele vários trabalhadores que tenha compromisso, que tenha responsabilidade com a família e que acima de tudo tem as suas mãos calejadas de trabalhar dia a dia para senhores que não dão nem sequer respeito para esses trabalhadores. Aonde o Movimento Sem-Terra é chamado de quadrilha e de bando e que muitas vezes é respeitado pela sociedade, principalmente pelos nossos Governantes. Aonde nós tivemos no mês de agosto uma audiência com o Excelentíssimo Senhor Fernando Henrique Cardoso, aonde nós tivemos uma reunião no dia 4 de outubro com o Dr. Mário Covas e com o Senhor Gaziano.

Que Movimento quadrilheiro e baderneiro é esse que ao mesmo tempo está lutando pela igualdade social, que reivindica a Reforma Agrária e é visto com maus olhos, não por pessoas que talvez não tenham responsabilidade, mas por pessoas que não querem ver o trabalhador livre da exploração.

Citaria como exemplo concreto, hoje nós temos um dos grandes latifundiários que é conhecido, e que se eu estiver mentindo aqui agora, gostaria que todos os senhores procurassem e dissessem publicamente se é verídico ou não. No Pontal do Paranapanema, existe um latifúndio com aproximadamente 50 mil hectares de terra, aonde existe 12 milhões de trabalhadores que nem sequer tem um hectare de terra para trabalhar, e que muitas vezes, não têm casa para morar, muitas vezes não têm emprego para trabalhar.

E aí nós temos hoje, a nível de Brasil, 25 milhões de famílias que estão nas margens das rodovias, que estão em terras irregulares e que até hoje não foram assentadas. O que será que falta para que essas famílias possam ser assentadas, possam viver com igualdade junto com famílias e com os demais companheiros?

Estive informada dos fatos ocorridos aqui no Estado do Paraná, no Município de São Pedro do Ivaí, aonde 14 trabalhadores foram obrigados a sair de uma área violentamente pela Polícia Militar. Eu diria para todos os senhores, em nome do Movimento Sem-Terra, a violência não faz parte do nosso princípio. O que faz parte do princípio do Movimento - e eu acredito de toda a sociedade organizada - é ver um dia o sonho da Reforma Agrária ser realizado.

Um outro fato que mais marcou nos últimos dias e que não é do meu conhecimento, mesmo sendo da ditadura militar não ocorria e que hoje nós vivendo num País Democrático como o Brasil, ocorre prisões no Rio Grande do Sul, despejos em vários Estados, inclusive no Estado de São Paulo tem várias famílias para serem despejadas. Enquanto, eu gostaria de colocar aqui além

das questões das prisões, o companheiro Marcio Barreto que é do Movimento Sem-Terra e eu, fomos presos o mês passado, algemados feito bandidos, transportados dentro de um camburão 10 horas de viagem.

Diria para todos os senhores, isso é o que nós estamos lutando e é isso que nós queremos? E sem dúvida nenhuma, o Movimento Sem-Terra luta pela igualdade e pelo desenvolvimento desse País e o desenvolvimento, que é do nosso conhecimento, é trazer o alimento e o pão de cada dia para quem está na cidade. E o desenvolvimento que nós queremos é levar essas pessoas desempregadas das grandes cidades para o campo, porque se ela está na cidade é porque ela foi expulsa da terra.

Outra coisa que eu gostaria de colocar bem claro para todos os senhores, que vocês são cidadãos brasileiros, vocês são as autoridades e os trabalhadores são pessoas simples que precisam de um ombro amigo e sem dúvida nenhuma esse ombro amigo está aqui dentro desta Casa, que sem dúvida nenhuma vocês têm o compromisso com aqueles que hoje estão no crime, na marginalidade que nós não queremos. Que muitas vezes está na prostituição, que nós não queremos. Muitas vezes não tem pessoas que não entendem o que é que nós queremos para o desenvolvimento desse País e que muitas vezes não é respeitado. Eu não diria o Movimento Sem-Terra, mas são os trabalhadores que não são respeitados hoje. E a nossa discussão para que a sociedade atenda que a Reforma Agrária é uma prioridade, ela tem que ser feita, ela tem que sair das gavetas e tem que ir para a terra, para a prática. Porque se ela não for para a prática, sem dúvida nenhuma, o Movimento Sem-Terra vai continuar fazendo as ocupações, vai continuar fazendo as pressões e sem dúvida nenhuma, um dos compromissos nossos com os trabalhadores é ver ele junto com seus filhos, vivendo em liberdade, num país tão grande, num País tão rico que essa riqueza é pouco dividida, e se ela é pouco dividida, nós queremos que ela seja dividida com igualdade e com direitos iguais.

Em nome do Movimento Sem-Terra, eu gostaria de agradecer essa oportunidade e gostaria, ao mesmo tempo, de fazer um convite a todos os senhores, Presidente, que ontem os trabalhadores do Pontal do Paranapanema saíram em marcha, em repúdio à violência em direção a Presidente Prudente. E uma das questões que nós fomos barrados, foi pelo Prefeito de Presidente Prudente dizendo que iria impedir a entrada dos trabalhadores naquela cidade. Eu gostaria de fazer uma pergunta a todos vocês, onde existe na Constituição que o cidadão não deve circular dentro dos municípios, e que hoje nós estamos sendo barra-

dos, porque o que nós queremos é transmitir para a sociedade a violência ocorrida no campo e que muitas vezes nós somos impedidos.

Então, nós gostaríamos de solicitar de todos esse apoio e essa contribuição para os trabalhadores que fazem parte desse movimento dos sem-terra, que é um movimento de respeito, honesto e de seriedade.

Gostaria de agradecer essa oportunidade de estarmos aqui hoje, e que sem dúvida nenhuma, o fato de estarmos dentro dessa Casa discutindo a reforma agrária, já é passo importante, mas o outro passo importante que nós temos que dar é fazer com que o assentamento das quarenta mil famílias seja realmente tirado do papel e passado para a prática.

Agradeço a atenção de todos vocês, e que tenham uma boa noite e fiquem com Deus.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Darci Frigo, coordenador da Comissão Pastoral da Terra, que fará a leitura do manifesto pela Reforma Agrária e pela justiça do campo.

O SR. DARCI FRIGO - (LÊ)

"Manifesto pela Reforma Agrária e pela Justiça no Campo

Há no Brasil, atualmente, 585 conflitos de terras, envolvendo cerca de 88.240 famílias de trabalhadores. Em 22 Estados da Federação existem 20.521 famílias acampadas à margem de estradas ou em terrenos cedidos a título precário. No Estado do Paraná existem 59 imóveis ocupados e em situação de conflito, envolvendo mais de 3.000 famílias. Todavia, mais 50.000 famílias mantêm a posse da terra em situação precária, porquanto, são sistematicamente ameaçadas por pretensos proprietários. Elas esperam que o INCRA as convoque para efetuar seu assentamento. Entretanto, na Justiça, centenas de processos de desapropriação de área para assentamentos aguardam sentença.

A realidade brasileira impõe a adoção de um novo padrão de desenvolvimento econômico, democrático, socialmente justo e ecologicamente equilibrado, capaz de incorporar os milhões de excluídos ao processo de desenvolvimento e cidadania. Para isso, impõe igualmente, o fortalecimento da agricultura familiar e a urgente realização de um amplo programa de Reforma Agrária, como parte de uma estratégia visando eliminar a pobreza, a miséria, a fome e a violência crescente, reduzir as imensas desigualdades sociais e regionais, gerar emprego no campo, diminuir a pressão social sobre as cidades e produzir alimen-

tos para o abastecimento do mercado interno e de consumo. Tendo em conta que milhões de famílias brasileiras dependem da terra para desenvolver sua atividade profissional e assim, serem agentes efetivos de emancipação e cidadania, para o fim da fome e da miséria.

No Paraná, os casos de Campo Bonito, em 1993 e o recente episódio do despejo de 48 famílias que ocupavam área já desapropriada pelo INCRA, realizado no dia 08 de novembro deste ano, em Santa Izabel do Ivaí, deixando 20 feridos, sendo 2 em estado grave, são a prova cabível de que a violência não pode suplantiar o diálogo e que o governo do Estado não pode tratar a Reforma Agrária como caso de polícia. Para que episódios como esse não continuem manchando de sangue a história de nosso Estado, os conflitos de terras devem ser tratados como uma questão social e a Reforma Agrária não deve ser um simples exercício de loteamento rural.

Podemos dizer que há consenso na sociedade brasileira quanto à necessidade de medidas que combatam as causas da exclusão, da miséria e da violência no campo. Este consenso foi expresso nas propostas entregues aos presidentes dos três Poderes da república em 05 de outubro p.p., sem ter resposta do que foi feito até o momento.

Reafirmamos, neste Manifesto, nossa convicção de que a realização da Reforma Agrária, no atual contexto da Nação, passa pela organização e mobilização dos trabalhadores rurais e urbanos, pela participação de entidades da sociedade civil, pelo engajamento dos partidos políticos e pelo compromisso com o Estado, principalmente do Governo Federal, de promover ações que efetivem a Reforma Agrária.

Dentre estas ações destacamos:

NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL

- Liberar imediatamente os recursos do orçamento de 1995 e rever a proposta orçamentária da União para 1996, garantindo os recursos necessários para a concretização da Reforma Agrária;

- Retomar e acelerar o processo de obtenção de terras agricultáveis mediante a desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária, com a promoção do efetivo assentamento dos trabalhadores rurais, priorizando solução para os acampamentos, áreas de conflito e outras áreas emergenciais demandadas pelos trabalhadores rurais;

- Realizar o assentamento dos trabalhadores rurais em terras economicamente úteis, com capacidade produtiva, em suas próprias regiões de origem, bem como promover o desenvolvimento das assentamentos,

garantindo a sua autonomia e autogestão, mediante acesso aos instrumentos de política agrícola diferenciada para assentamentos e agricultura familiar em geral: crédito, assistência técnica, capacitação, seguro agrícola, incorporação de novas tecnologias adaptadas, garantia de preços e infra-estrutura social e econômica;

- Determinação ao Banco do Brasil, para que execute imediatamente, sem qualquer tipo de favorecimento, as dívidas dos 1.276 maiores tomadores de empréstimos para projetos e atividades rurais. Imediata transferência das terras desses devedores para o INCRA, a fim de que nelas sejam assentadas as famílias de trabalhadores rurais;

- Propor alterações na legislação agrária visando assegurar ordenamento jurídico que possibilite a agilização e ampliação do processo de Reforma Agrária;

- Retirada do Projeto de Lei Complementar nº 37/1995, do Poder Executivo e mobilização da maioria que o Governo detém no Congresso para aprovar em regime de urgência urgentíssima, projeto de lei complementar nº 60/95, modificando o rito estabelecido na Lei Complementar nº 76/1993 para emissão do INCRA na posse de imóveis rurais desapropriados por interesse social para fins de Reforma Agrária;

- Aprovação, também em regime de urgência urgentíssima, dos projetos de lei 490/95, 716/95, 733/95, ora em tramitação no Congresso. Esses projetos estabelecem; I) procedimento especial para ações de reintegração de posse ajuizadas dentro de um ano e dia da turbacão; II) intervenção obrigatória do Ministério Público em todos os litígios coletivos pela posse da terra; III) punição criminal para os acusados de manter trabalho escravo;

- Combater a violência no campo suspendendo as ações de despejo e punindo os crimes praticados contra os trabalhadores rurais;

- Abertura de inquérito policial para apurar os casos de violência cometida contra a população rural, de acordo com informações a serem enviadas por entidades de direitos humanos. Apurar, especificamente, as denúncias de crime organizado, da violência organizada e da pistolagem no meio rural;

- Levantamento, em trinta dias, de todos os inquéritos e processos criminais em andamento envolvendo policiais civis e militares acusados de prática de atos de violência e torturas contra a população rural, nomeando-se uma comissão, no Ministério da Justiça, a fim de apurar essa documentação e propor medidas concretas para acelerá-los;

- Promoção de uma reunião de governadores dos Estados, onde haja registro de

conflitos rurais, para que seja disciplinado o uso de força policial nos casos de despejo ou outras atuações;

- Dotar o INCRA de recursos humanos, materiais e financeiros, bem como nomear dirigentes nacionais e regionais comprometidos com a Reforma Agrária;

- Demarcação imediata de todas as terras indígenas e manutenção do Decreto 22/91, que regulamenta o procedimento administrativo de demarcação dessas áreas;

- Demarcação imediata de todas as terras pertencentes a remanescentes de quilombos com a urgente regulamentação do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

NO ÂMBITO DO CONGRESSO NACIONAL

- Tramitação em regime de urgência urgentíssima e aprovação dos projetos de lei (referidos neste documento) que acelerem a Reforma Agrária.

NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO

- Empenho político da Assembléia Legislativa de terras para fins de Reforma Agrária em andamento, a fim de providenciar sua efetivação.

- Verificação imediata do valor das indenizações dos imóveis e suas benfeitorias fixados nos processos desapropriatórios.

NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL

- Apoio político do Governador do Estado do Paraná para aprovação dos projetos de lei enumerados neste manifesto, com gestões junto à Bancada Federal do Paraná;

- Tratamento da questão agrária como questão social, não como caso de polícia com a criação de uma Comissão Interdisciplinar para tratar de liminares de despejo, evitando a intervenção da Polícia Militar nas negociações que envolvem conflitos pela posse da terra;

- Apuração de responsabilidades pela violência em conflitos agrários, especialmente no caso de Santa Izabel do Ivaí, no prazo de 30 dias.

- Destinação de recursos financeiros para a Agricultura familiar e Assentamentos do Estado do Paraná.

NO ÂMBITO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

- Empenho político da Assembléia Legislativa para que sejam assegurados recursos financeiros para Agricultura Familiar e Assentamentos;

- Intermediação em ações de conflito de terra, como no caso da Comissão que

acompanhou o conflito de Santa Izabel do Ivaí;

- Criação e implementação de uma Comissão Permanente de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Paraná para investigar e apurar casos que envolvam ameaças e descumprimento dos direitos humanos em nosso Estado;

- Aprovação de um documento solicitando o empenho dos Deputados Federais representantes do Estado do Paraná na aprovação das leis enumeradas neste Manifesto;

- Realização, a nível da Comissão permanente de Agricultura e da Comissão de Terras da Assembléia Legislativa, de um Seminário para discussão da necessidade e viabilidade dos Assentamentos agrários no Estado do Paraná.

A sociedade brasileira continuará mobilizada exigindo das autoridades constituídas que cumpram seu papel de trazer a paz ao campo, realizando a Reforma Agrária e garantindo os direitos da pessoa humana aos trabalhadores rurais sem-terra e suas famílias, tendo em conta que o direito ao trabalho e à vida está acima do direito à propriedade.

A democratização do acesso à terra e o respeito aos direitos de todos os que vivem no campo são elementos fundamentais para o estabelecimento da democracia e da justiça na sociedade brasileira.

Curitiba, 22.11.95.

FÓRUM PELA REFORMA AGRÁRIA
E PELA JUSTIÇA NO CAMPO"

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Contamos com a presença do Prefeito de Laranjal, Riolando Caetano de Freitas, e o Superintendente do INCRA, Dirceu Rodrigues. Vamos ao filme.

É projetado o filme "O Massacre de Corumbiara".

Horário das Lideranças.
Três minutos cada Líder.
Deputado Romanelli.
(Declina).

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Componentes da Mesa, Senhores Parlamentares, Senhoras e Senhores aqui presentes.

Usando a palavra, Senhor Presidente, em nome do PMDB, poderíamos pura e simplesmente, ratificar pronunciamentos extraordinários feitos nesta Casa, pelo equilíbrio, pelo conhecimento e pelo senso de justiça.

E me permito, entre todos, destacar o Doutor Plínio de Arruda Sampaio, as posições iniciais de Vossa Excelência, até porque elas abordam além do aspecto técnico e jurídico da questão, o aspecto social

da questão da reforma agrária, da questão das ocupações de áreas no nosso País.

Cumprimento o nosso Procurador Olympio de Sá Sotto Maior, cumprimento a participação da Igreja através dos Bispos, cumprimento a Representante do Movimento-Sem-Terra.

Porque, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares em determinados momentos algumas confusões se fazem no julgamento da própria opinião pública.

As confusões ideológicas, Senhor Presidente, as confusões localizadas, muitas e muitas vezes deturpam o nosso pensamento de avaliação de uma luta bem maior que extrapola as ideologias políticas partidárias, as crenças, para serem as expressões maiores da justiça de um País que é direito do cidadão de um País de ter uma ocupação, de ter um trabalho decente, de ter um pedaço de terra.

E muitas e muitas vezes, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, somos enganados até pela ótica de um holocausto, digamos.

O que é latifúndio para um, não é latifúndio para outro; o que é minifúndio de um, não é minifúndio do outro; o que é terra produtiva para um, pode não ser o conceito de terra produtiva de outro, mas o trabalhador que não tem terra, que tem origem na agricultura, que não tem trabalho, não pode ficar afeto a uma discussão muitas vezes histórica de conceitos, de propriedade produtiva e improdutivo, para poder ter o reconhecimento do seu espaço.

Reforma Agrária, Doutor Plínio, é vontade política. Sem ela, não haverá reforma agrária. Participamos muitas e muitas vezes de discussões de reforma aqui, no Estado do Paraná, embora impossibilitados, nesta Assembléia, de fazermos Leis, que possa propiciar uma reforma agrária até pelo Estado, porque a Constituição garante às Leis Federais essa possibilidade.

E percebe-se, que falta vontade política, falta locação de recursos, não se obedece critérios, e muitas vezes, segmentos enormes da sociedade cobram, de que a reforma agrária tenha que ser através de cadastramento, como foi um sonho no Governo lá atrás do próprio ex-Governador José Richa, de que se cadastrasse nas Prefeituras as pessoas na busca da terra.

Desafio a qualquer dos Senhores Parlamentares, que possam nos apontar uma pessoa que tenha sido reassentada, porque foi se inscrever para aguardar a terra. Porque não anda o processo de desapropriação, não há recurso para o pagamento, há negativa da aceitação da PBA e há todos os instrumentos jurídicos possíveis para retardar o processo de emissão de terra, de posse.

E o trabalhador fica esperando na margem da estrada e hoje, me parece que pelas

últimas medidas nem na margem da estrada vai poder ficar.

Quero apenas dizer, ao Prefeito Mário, de Querência do Norte, que ouvi a sua colocação aqui, Prefeito, que é um testemunho fantástico do ponto de vista da colocação, e tenho orgulho de dizer que boa parte dos trabalhadores assentados no seu Município, são oriundos da nossa cidade, da minha e do Pedro Tonelli aqui sentado.

E muitos desses trabalhadores, ajudamos a organizar e V.Exa. vem aqui para dizer que mudou a própria economia da região.

E para finalizar, Senhor Presidente, não ocupando o espaço de outras Lideranças. A distorção da aplicação das leis, Dr. Plínio, é que nos preocupa, senhores Parlamentares. Enquanto tramita anos após anos, cobranças na Justiça de devedores do Estado, como exemplo mais típico, Mário, lá no seu Município, uma das maiores dívidas para com o Estado do Paraná é exatamente de um latifúndio improdutivo que tinha em Querência do Norte.

No entanto, o Estado nunca conseguiu executar e cobrar o seu crédito, nunca conseguiu que a terra colocada pudesse servir como pagamento de um débito de imposto que é um pagamento, é um débito para com toda a sociedade, que nem tanto agilizasse do outro lado processos quando se trata da questão de reforma agrária de ocupação de terra.

Por isso, espero colocar em nome de todos os nossos companheiros da bancada do PMDB, solidariedade para que uma lei mais justa ajude o processo de reforma agrária nesta Nação, para que nós não tenhamos confrontos como os aqui citados, para que nós possamos efetivamente ver a justiça social no campo. O trabalhador precisa produzir, e a Nação precisa dessa produção. Riqueza maior de um País Continental como o nosso não será outra em termos futuros quando o mundo precisa de comer do que o alimento de uma terra fértil, que lamentavelmente, Senhores Parlamentares, mesmo aqueles não tão afeitos ao processo de reforma agrária, é impossível acreditar que uma Nação tenha empresas, famílias, com cem, duzentos mil hectares de terra, enquanto outra família não tem sequer o corredor da beira da estrada para poder assentar o seu lar.

A nossa solidariedade a esse movimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Colombo, pelo PT.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente, Senhor Prefeito, autoridades da Igreja, nosso Deputado Plínio, nosso amigo Doutor Olímpio, Senhores Parlamentares,

representantes do movimento sem-terra, lideranças sindicais, Senhor Prefeito Riolando de Laranjal, Senhor Superintendente do INCRA, Doutor Dirceu.

Nós, ontem, assistimos um dos grandes debates, a Sessão mais duradoura dessa Assembléia quando se tratava de uma questão específica da desocupação do despejo de Santa Izabel do Ivaí. E a Assembléia tinha o fim de analisar se houve ou não excesso no cumprimento daquela ordem judicial. Ainda não está consolidada essa posição, mas na avaliação de grande parte dos Deputados o excesso visivelmente está constatado. Esse fenômeno, esse processo fenomenal que está acontecendo no Brasil, que é a sintonia da classe média e da população urbana em apoiar ações do movimento sem-terra, em apoiar um processo de reforma agrária que seja eficaz, que seja ágil, demonstra que uma das instituições mais revolucionárias do Brasil, que é o MST, conseguiu mostrar para a sociedade que nós temos problemas de ordem jurídica, que temos um problema de ordem social, e acima de tudo problema de ordem política.

Só se questiona hoje a reforma agrária graças ao MST, só se fala em mudar a legislação quando se trata dos conflitos agrários, a manutenção da posse se dá num juiz, Municipal, ali da Comarca; enquanto que o processo administrativo operacional da reforma agrária se dá numa autarquia Federal, que é o INCRA. Então, nós temos complicadores, e no meio do caminho fica o Estado brasileiro, as unidades da Federação comandando o policiamento, a força de execução.

Então, nós temos competências muito ruins de lidar politicamente. E só está se pensando nesta forma porque o movimento revolucionário, o maior movimento revolucionário hoje do Brasil, a solução para colocar o Brasil no eixo, conseguiu trazer a tona essa discussão, que foi o MST, porque os políticos são empurrados de acordo com os conflitos e eventos sociais que acontecem. Porque as ações do Executivo, do Legislativo, e também do Judiciário são tocados de acordo com a pressão pública.

Então mostra-se de certa forma que a questão agrária pode gerar emprego no Brasil, como ali em Santa Maria do Oeste. O MST é o responsável pela indústria que gera o maior número de empregos na cidade.

Ali, em Lindoeste, região Oeste do Paraná o Movimento Sem-Terra é responsável pelo abatedouro de frango por uma cooperativa que está trazendo vida para aquele pequeno município.

Ali, em Cantagalo, com a fábrica de fubá, com a cooperativa, com o armazém, com o depósito de milho.

Ali na Cooperativa de Nova Laranjeira. Enfim, nós temos exemplos maravilhosos,

aonde se fossem esperar, como muito bem disse com propriedade o Deputado Caíto Quintana, fossem esperar pelo cadastramento e vir de "mão beijada" a terra, não teria acontecido nem esses empregos e nem a dinâmica como foi citado pelo Prefeito de Querência, Dr. Mário, a dinâmica econômica do município.

Então, essa vanguarda, essa ação revolucionária maravilhosa do MST tem que ser lembrada neste momento. Porque não pensem os Senhores que aqueles sem-terra que estavam do lado da BR, em área do Estado do Paraná, em Santa Izabel do Ivaí, que foram violentamente despejados, eles têm claro, que a partir do momento que a terra fosse efetivamente desapropriada para a Reforma Agrária, eles estariam ali, para imediatamente começar a produzir. Se não tivesse pressionado, o processo seria muito demorado e as terras, quem sabe, não iriam para eles.

Então tem que entender que o Movimento tem uma lógica. O Movimento é organizado e ninguém ocupa uma terra, porque é maravilhoso ocupar. Ninguém faz uma greve, porque é "jóia" fazer greve e todo mundo sabe que participou do processo, a grande maioria dos Senhores Deputados de que participaram de manifestações estudantis. Quantas vezes, nós tivemos que enfrentar problemas de direção de colégios? Quantas vezes, nós tivemos uma simples movimentação estudantil?

Então, não pensem que é maravilhoso para a polícia despejar e nem para aqueles para resistir e ocupar a terra para produzir, porque isso é penoso, sem dúvida. A dúvida de quem se vai ficar com aquela terra ou não. A dúvida do policial que vai tirar, vai tirar dali, ele está cumprindo a função do Estado. Que retorno ele tem para cumprir esta função? De repente ele está tirando o próprio pai que está ali ocupando a terra. Então, nós temos um problema seriíssimo a resolver, que é determinar eficazmente quais são os procedimentos políticos que nós temos que tomar para evitar o conflito no campo e ao mesmo tempo começar a produzir emprego e riqueza através da ocupação efetiva da terra.

E que todos os Estados, aquilo que nós propusemos ontem, em Tribuna que se crie um fórum, um comitê multidisciplinar, que toda a questão agrária seja trazida para uma discussão mais ampla e não se debata pura e simplesmente, em que o ofício da juíza para o comandante regional da operação e ser, simplesmente, ser despejado. Porque a relação é muito mais complicada do que esta simples relação de poder.

Então, nós temos que criar efetivamente condições políticas favoráveis, tanto para apoiar o Movimento Sem-Terra que ocupa as áreas passíveis de produzir para a

Nação, como também achar mecanismos para que a Reforma Agrária, como também mecanismos políticos para evitar os conflitos e as truculências em cada um dos Estados brasileiros.

Muito obrigado, e mais uma vez, ensejo meu manifesto e apoio ao Movimento dos Sem-Terra.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, visitantes desta Assembléia, hoje, do movimento dos sem-terra.

Eu que fui diretor de terras do Estado do Paraná, durante três anos e meio, até poderia me reportar à experiência que tive, e o movimento dos sem-terra certamente conhece a nossa posição com relação a reforma agrária, deste País.

Poderia me reportar também, especificamente com relação ao Estado do Paraná, ou até com relação ao filme que acabamos de assistir, aonde, Curumbiara, como falei dessa Tribuna, tivemos lá, assassinado, um patobranquense, que eu conhecia, chamado Sérgio Tempestade, encontrado dias após aquele massacre.

Mas, gostaria de tecer considerações aqui, neste tempo que me é permitido pela Mesa, apenas para relatar, ou para me pronunciar a respeito do que acho com relação a questão agrária, no País hoje. A reforma agrária e pelos depoimentos que verificamos aqui, especialmente do Prefeito Mário, que tive oportunidade de conhecer aquele assentamento, indo junto com os trabalhadores quando foram assentados na área. Conheço 64 assentamentos aqui instalados, ou dos conflitos existentes, na época, a reforma agrária, acima de tudo, não é a diferença hoje da paixão e da razão. Não é a diferença ideológica de uns que acham, e a contrapõeção de outros que acham que não deve existir a reforma agrária.

A reforma agrária é hoje extremamente necessária, no sistema capitalista que aí está colocado, fosse assim, não teria aqui razão o depoimento do Prefeito, que não é o primeiro que conheço. Em Mangueirinha, numa área de 10.064 hectares, que nada produzia, na primeira safra, os produtores, 373 famílias, colocadas lá, colheram 54.000 sacas de grão viabilizando o município. O município foi tirado do ranking regional, de 14º, na arrecadação, e o elevando, no primeiro ano para 9º lugar.

Portanto ultrapassa a qualquer questão ideológica a questão da reforma agrária. É como se fosse imaginar que aqueles que chegam no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, ficassem a pensar e a cuidar

de suas jóias de seus pertences, para que o arrastão não os levassem a sofrer uma indignação daqueles que são vítimas, exclusivas da desigualdade social!

E a reforma agrária tem que ser entendida como um braço de uma política agrícola séria, que possa devolver ao País um mínimo de igualdade suficiente, no setor produtivo, pelo menos, porque o que verificamos é que inúmeros trabalhadores rurais, centenas de milhares, estão hoje espoliados do setor produtivo, agravando o problema social nas cidades, deixando de produzir e transformando as suas famílias em reféns dessa desigualdade social que permeia no País.

Portanto, apenas a convicção dos homens de bem, de que é preciso termos um processo político e de vontade política, de determinação, para verificarmos a possibilidade de distribuir com justiça social aquilo que é patrimônio universal, que não é um bem perene, é apenas passagiro das pessoas que têm na terra seu meio de vida e sua forma de trabalho.

Como filho de pequeno produtor que sou, fico a imaginar se tivesse ficado lá com a minha família, seria provavelmente alguém em busca de terra ouvi aqui, atentamente as explanações.

Ouvi do eminente Deputado e conhecedor de causa, Dr. Plínio Sampaio, que fez com propriedade a questão agrária do País, que nos fez vários pedidos.

Acho que temos dois a fazer no Congresso Nacional com urgência.

1º - A definição de recursos, porque sem recursos não há Reforma Agrária.

2º - A definição das regras constitucionais calcadas por força da organização contra a Reforma Agrária, na última Constituição, que nem sequer definiu o que é terra produtiva.

Desta forma podemos começar o processo de Reforma Agrária, o Movimento Sem-Terra, as forças vivas do Parlamento que representam a sociedade e principalmente o Congresso Nacional, essa é a nossa função.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Edgard Bueno.

O SR. EDGARD BUENO - Sr. Presidente, autoridades que compõem a Mesa, Srs. Deputados.

Me determinou o Líder do PSDB, Cezar Silvestri, que usasse desse espaço em nome da nossa liderança. Sinceramente, não sei se é bom ou se é ruim. Senti uma emoção muito forte ao assistir esse filme que nos apresentaram nessa tarde. Sinceramente, a gente tem que buscar lá no alto perguntas às vezes sem respostas.

Será que Deus é justo? Será que tantas pessoas precisam passar as necessidades que muitos brasileiros passam num tempo de tecnologia, aonde o desenvolvimento acontece graças à inteligência das pessoas e a gente percebe que não há vontade ou capacidade para tirar esses brasileiros da marginalidade, sem que um pai possa criar com dignidade os seus filhos.

Digo isso com conhecimento de causa. Aquela panela de feijão que cozinhava, eu conheço, a lona e o chão batido, eu conheço, eu já morei lá. Meu pai foi arrendatário. F lá no Rio Grande do Sul, quando Leonel Brizola começou o movimento de Reforma Agrária, o meu pai foi lá fazer a inscrição, que alguém que me antecedeu citou que ninguém que fez a inscrição conseguiu o seu pedaço de terra. Lá foi o meu pai declarar que tinha três foices, meia dúzia de enxadas, um arado de boi e uma junta de boi. Foi lá fazer esta declaração, felizmente ou infelizmente, logo depois, por tudo que passou nessa vida rude, debaixo de sol e de sereno, chuvas, pneumonias, quando eu tinha apenas 14 anos, o meu pai antes de realizar este grande sonho faleceu e não pôde deixar sequer um metro de terra para sua família.

Mas lutei, trabalhei, Deus me iluminou e consegui uma qualidade boa de vida para a minha família. Mas essas coisas não acontecem facilmente, tem que ter muita determinação, tem que trabalhar muito e tem que ter coragem fé e esperança para que isso aconteça.

Mas quem comeu aquele feijão frio, em panela de ferro pendurada numa corrente, quem passou por isso sente uma emoção muito maior, sente algo lá profundamente, indignação, porque nós não temos sequer capacidade para compreender o sofrimento dessas pessoas.

Me desculpem Senhores, porque realmente molhei um lenço durante a transmissão daquele filme, porque na verdade, só quem passou por lá é que sabe o sofrimento dessas pessoas.

Compreendemos que temos que preservar o direito da propriedade, compreendemos que também é uma agressão invadir qualquer propriedade, mas temos que lutar, temos que fazer com que todas as forças políticas da sociedade, empresariais, agricultores, sem-terras ou trabalhadores, compreendam que temos é que mudar a política, temos que tomar decisões políticas para resgatar estas pessoas que precisam de alguém com capacidade, com visão para trazer o desenvolvimento, para fazer com que essas pessoas com dignidade possam trabalhar, possam produzir e levar o sustento com muita dignidade para suas famílias.

Deus queira que o nosso Presidente, Fernando Henrique Cardoso, que tem sensi-

bilidade social, mas que dirige um País complexo, com as maiores complexidades, com correntes divergentes, mas se Deus quiser, ele haverá, com a sua liderança pessoal, de poder convencer este País, convencer aqueles que ainda não aceitam que precisamos resgatar a dignidade dos brasileiros. E através de uma compreensão nacional, nós, os brasileiros possamos ver, ouvir e acompanhar dias melhores para os nossos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O último orador inscrito, em nome da Comissão, fala o Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, Deputado Plínio de Arruda Sampaio, Dom Pedro Fedalto, nosso bispo, o Prefeito Mário.

Na verdade, venho a esta tribuna e queria, Senhor Presidente, Senhores Deputados, pedir aos sem-terra de Santa Izabel do Ivaí, que estão aqui hoje, ocupando a tribuna de honra desta Casa, para que ficassem em pé. Pediria a vocês, mesmos os que estão feridos, que ficassem em pé, aqui nesta tarde, por favor.

Esses são, Senhor Presidente, Senhores Deputados, esses são aqueles aos quais o Secretário Cândido classifica como guerrilheiros rurais são esses rapazes, são esses trabalhadores e trabalhadoras que estão hoje nessa condição, são esses que são classificados como guerrilheiros rurais.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu hoje ouvi aqui, com muita propriedade, a fala do Dr. Olímpio, Dom Pedro, mas excepcionalmente a palavra do Deputado Plínio Arruda Sampaio, que é uma referência em relação à justiça nesse País, pela sua história de luta a favor dos direitos humanos.

Seguramente Deputado Plínio, o seu enfoque sobre a questão da Reforma Agrária, da mudança da Legislação Federal e é claro das adaptações que devem ser feitas no plano Estadual e Municipal. Ela é indispensável para a confecção de um Programa de Reforma Agrária agora, já, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Mesmo que não gostemos, questionemos muitas das posturas do Presidente Fernando Henrique Cardoso, nós temos que cobrar e o Movimento dos Sem-Terras o MST, tem feito um trabalho extraordinário no Brasil inteiro. Justamente para que nós todos sermos sensibilizados e eu excepcionalmente que luto mais na questão dos Sem-Teto, na questão urbana, todos já possamos somar os esforços para encontrar caminhos que possam resolver. E nós aqui paranaenses, mesmo na oposição temos que reconhecer que o Gover-

nador Lerner tem dado passos importantes, embora tímidos, mas tem dado passos no sentido de apoiar não a luta dos Sem-Terras, mas apoiar o boia-fria, o trabalhador volante em nosso Estado que é mais de 300 mil que somam no Estado do Paraná, conhecemos o programa que é o programa da Vila Rural.

Por isso, é indispensável que essa Casa de Leis possa apoiar as propostas do MST, para que no Paraná terras improdutivas e grandes latifúndios possam na verdade, possam ser partilhados e ser generosamente ofertados àqueles filhos de agricultores sem-terra, que expulsos do campo, vão para a periferia das grandes cidades viver em submoradias e em situação precária.

Por isso, o que eu quero, Sr. Presidente, em nome da Comissão Especial que foi a Santa Izabel do Ivaí, fundamentalmente pedir para que no Paraná nós não possamos assistir imagens a essas que vimos nesse telão do massacre que foi em Corumbiara. Mas que fundamentalmente o Paraná seja sempre esse Estado de amor pelo Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passamos a palavra à Liderança do Governo, Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Sr. Deputado Plínio de Arruda Sampaio, Dr. Olímpio Sottomaior que aqui se encontra ainda, Sr. Prefeito, Deputado Vanhoni, Vereador Samek.

Em primeiro lugar dizer que nós também temos um sentimento muito grande do que ocorre neste País, em relação da questão Agrária. Nós também temos uma origem humilde, a origem da terra do homem do campo que veio para a cidade grande, mas em outras épocas, lá se vão 54 anos. De lá para cá muita coisa mudou e lamentavelmente não mudou a sistemática desse País na distribuição da Terra. Hoje o que se vê é o homem expulso do campo, aumentando, crescendo em favelas das grandes cidades, é o campo se esvaziando é a plantação desaparecendo, é a tecnologia chegando ao campo e desempregando aquele que até então tinha emprego, tinha trabalho numa fazenda.

Nós pudemos ver, Srs. Deputados, pelo filme aqui apresentado. Até o homem mais rude, tenho certeza sentiu e sofreu com aquilo que pôde presenciar nas imagens. Nós também lamentamos, e nos entristecemos ao ver aqui trabalhadores sem-terra feridos. Tudo isso é triste para todos nós, para esse país que é de uma dimensão continental, e que tem ainda que ver esses fatos acontecendo, onde os latifundiários ainda querem o domínio da terra, e não têm

a mínima sensibilidade de aceitar uma reforma agrária.

Quero dizer, Senhor Presidente, Srs. convidados, visitantes que estão aqui, que daqui a pouco serão recebidos pelo Governador Jaime Lerner. A história do Governador Jaime Lerner, é uma história de paz, é uma história de entendimento, e acima de tudo de muita sensibilidade.

Os fatos de Santa Izabel do Ivaí não estavam nos planos do Governador Jaime Lerner, e a prova disso, é o trabalho que este Governo vem fazendo já, dos assentamentos existentes aqui no Estado do Paraná, e o próprio Prefeito de Querência do Norte falou nesta tribuna, o que é que está se fazendo no interior do Estado, nos assentamentos, não vou aqui cansá-los, colocar aqui uma relação dos atendimentos, da atenção do Governo. Agora mesmo o Governo renova os convênios com o Movimento Sem-Terra, dando a eles aproximadamente quatrocentos mil reais, para tentar viabilizar o atendimento inicial.

Existe na vontade política do Governador Jaime Lerner, o interesse do atendimento ao homem do campo, de atendimento ao boia-fria, aí está o exemplo das Vilas Rurais. Não é a solução, claro que todos nós sabemos, ela é pequena em relação à grandeza deste País, em relação ao número grande de problemas na área da terra.

Por isso, Senhor Presidente, trago aqui a minha solidariedade, da minha experiência de homem de comunicação de mais de trinta anos, de acompanhar os fatos tristes, os fatos lamentáveis, e de condenar sempre a ação da violência. A violência não é a solução para os problemas; a solução para os problemas é o diálogo.

Quero aqui deixar também em meu nome, em nome do Governador Jaime Lerner, que abre as portas do Palácio, logo mais para esta Comissão, a nossa solidariedade, a nossa certeza de que, o Governo do Paraná não trata a reforma agrária como caso de polícia; o Governo do Paraná trata a questão do homem do campo com muita seriedade.

O que é preciso, e eu dizia isso ontem aqui, ao final da Sessão de ontem com mais de quatro horas e meia, quando vimos aqui, debatemos e questionamos o Secretário de Segurança do nosso Governo.

Nós todos estamos sendo instrumentos como disse ao final do filme, Corumbiara pode não ser o final de todo esse problema, mas outros fatos como este poderão acontecer. E não é isto que quero, e que nenhum Deputado desta Casa quer, e muito menos o Governador do Estado do Paraná. E vejo no documento aqui há uma proposta de criação de uma comissão, para que envolva a justiça, para que envolva o Poder Legislativo, o Poder Executivo e o Poder Judiciário, no sentido de que não se trata de uma

ação de desespero, simplesmente com um ofício encaminhado ao Governador do Estado, para que bote a polícia para atirar. O Governador também passa a ser instrumento da Justiça, e não é esse o caminho na verdade, é o diálogo, a conversação e o entendimento entre os três Poderes e a sociedade comum.

Muito obrigado.

O SR. ANGELO VANHONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, trabalhadores do Movimento Sem-Terra, Comissão Pastoral da Terra, Sr. Plínio de Arruda Sampaio, cara Deolinda, Bispo Dom Pedro Fedalto.

No dia de hoje a Assembléia Legislativa marca mais uma vez, porque o dia de ontem foi um dia importante para história dessa instituição, enquanto espaço democrático da sociedade paranaense.

Quero agradecer em nome do Movimento Sem-Terra, dos organizadores do Memorial Pela Paz e Justiça no Campo, o apoio que

os Deputados da Assembléia Legislativa deram ao requererem esta data, para que aqui se pudesse organizar e proceder esta manifestação.

E agradecer à Presidência e à Mesa Executiva, que prontamente soube entender a importância deste evento, e gostaria de convidar para encerrar, seu Plínio de Arruda Sampaio para que entregasse ao Presidente da Assembléia Legislativa, o Deputado Anibal Khury, o manifesto pela Reforma Agrária e pela justiça no campo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa recebe o manifesto que vai encaminhar a todos os componentes desta Casa. Trata-se de um documento de alta relevância.

A Mesa agradece a presença do Doutor Plínio de Arruda Sampaio, Dom Pedro Fedalto, Sr. Mario Amadige, do Doutor Olympio Sotto Maior, da Deolinda e Darci Frigo.

A sessão está encerrada.